

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S

**A sociedade
ARMADA
é mais segura?**



**espaço
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

A sociedade ARMADA é mais segura?

Em tramitação no Congresso, a proposta de flexibilização do Estatuto do Desarmamento, que pode reduzir as atuais restrições à posse e ao porte de armas de fogo, foi o tema do 14º Encontro Democrático, realizado no final de setembro de 2015 no auditório do Espaço Democrático em São Paulo. O evento, promovido pela fundação do PSD para estudos e formação política, reuniu três debatedores com posições bastante distintas, que defenderam com veemência seus pontos de vista.

Para o presidente do Movimento Viva Brasil, o advogado e professor Bené Barbosa, a atual legislação agride os direitos individuais e precisa ser alterada para garantir a todos o direito à própria defesa, estabelecido na Constituição.

O sociólogo e especialista em segurança pública Túlio Kahn, colaborador do Espaço Democrático, defende a tese de que o Estatuto do Desarmamento atingiu seu objetivo de reduzir as mortes provocadas por armas de fogo e deve ser preservado.

E o deputado estadual Coronel Camilo (PSD), ex-comandante geral da Polícia Militar paulista, lembrou que, para a segurança pública, quanto menos armas em circulação, melhor. Mas alertou que não é correto impedir todos os cidadãos de ter acesso a armas, pois há casos em que elas são necessárias.

O debate teve a participação de diversos dirigentes, colaboradores e convidados do Espaço Democrático, entre os quais alguns fizeram perguntas e comentários sobre o tema: Aloysio Azevedo, Alda Marco Antônio, Roberto Macedo, Antônio Batista, Renata Rondino e Ricardo Scalise.

Esta publicação traz o conteúdo integral do evento, que faz parte da série de “Encontros Democráticos” destinados a debater os problemas brasileiros.

Boa leitura.



RUBENS FIGUEIREDO: O tema do nosso encontro de hoje é uma questão: a sociedade armada é mais segura? Para debatê-la temos os seguintes convidados:

- o professor Bené Barbosa, consultor e presidente do Movimento Viva Brasil, associação criada em 2004 e que defende o direito de as pessoas terem porte de arma de fogo.

- o Coronel (Álvaro) Camilo, deputado estadual pelo PSD. Ele foi vereador em São Paulo e comandante-geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, condição na qual coordenou a implementação da Operação Delegada, na época uma novidade em termos de segurança pública aqui na capital.

- e Túlio Kahn, que é consultor da Fundação Es-

paço Democrático e doutor em Ciência Política. Ele foi diretor do Departamento Nacional de Segurança Pública no governo Fernando Henrique e Coordenador de Análise e Planejamento no Governo do Estado de São Paulo.

Eu peço que o Túlio Kahn inicie. Ele tem dez minutos para fazer suas considerações a respeito do tema: se uma sociedade armada é mais segura e se o desarmamento é um problema ou é uma solução. Depois eu vou pedir para o Bené Barbosa colocar sua opinião e ao Coronel Camilo para comentar a sua experiência prática como alguém que cuida dessa questão, e que sentiu como a questão das armas reflete no dia a dia da segurança pública.

“

Fernando Henrique Cardoso trouxe essa diretriz da ONU, que era criar um Estatuto do Desarmamento, restringir as armas de fogo...

”

TÚLIO KAHN: O Congresso Nacional está discutindo a flexibilização do Estatuto do Desarmamento e várias pessoas estão sendo ouvidas pelos parlamentares, inclusive o professor Bené. Eu escrevi algumas coisas a partir do meu contato com o tema, que data dos anos 1990 e que envolveu uma série de pesquisas. Eu trabalhava em um escritório ligado às Nações Unidas chamado Ilanud (*Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente*). E recebemos da ONU um estudo sobre homicídios no mundo. Foi de 1997, salvo engano. E aquele estudo foi bastante divulgado, teve repercussão porque o Brasil aparecia como o país onde proporcionalmente mais se matava com o uso de armas de fogo. Nós temos quase 50 mil homicídios por ano no Brasil, boa parte deles cometidos com arma de fogo. No estudo, ressaltava-se bastante essa posição do Brasil no cenário internacional. E já há algum tempo a gente imaginava que essa nossa trajetória ascendente dos homicídios no Brasil tinha alguma relação com a facilidade de acesso às armas de fogo no País.

Eu tenho aqui uma série histórica de homicídios produzida pelo Datasus (Departamento de Informática do SUS) desde os anos 1980. E justamente em 2003, que foi a época em que o Estatuto do Desarmamento foi promulgado, há um ponto de inflexão - embora essa tentativa de controle e regularização de acesso às armas de fogo tenha sido progressiva. Acho que a primeira lei importante nesse sentido é de 1997, quando o porte de arma de fogo, que era mera contravenção, passou a ser crime e ser punido com maior rigor. Foi quando se criou o SINARM (*Sistema Nacional de Armas*). Foi uma evolução progressiva da sociedade e do Parlamento com relação à política demasiadamente liberalizante do país, até então, com relação a armas de fogo.

No Ilanud nós tínhamos poucos dados nacionais sobre o assunto e a gente achou interessante que as empresas começaram a divulgar dados mostrando o impacto da lei de 1997, como as vendas tinham caído. Em função disso começaram a publicar os dados de vendas por Estado. A Taurus, uma época, falava de



queda de 40%. E ela ainda é o principal fabricante de armas do País. Das armas apreendidas em situação de crime, quase metade vem das Forjas Taurus. Era bastante representativo. O que a gente fez naquela época foi reproduzir um estudo internacional que associava a taxa de suicídio à disponibilidade de armas de fogo. O Martin Killias, da ONU, fez uma pesquisa de vitimização em dezoito países e já tinha mostrado essa correlação. Nós fizemos a mesma coisa aqui no Brasil, com os dados da Taurus, e encontramos também uma forte relação entre os dois eventos.

E também se descobriu que, no caso das profissões em que as armas são instrumento de trabalho, como é o caso dos policiais militares, as taxas de suicídio são sete vezes maiores do que as taxas da população como um todo. Há uma série de fatores, mas obviamente o estresse da profissão é um deles. E como o policial anda armado, do pensamento ao ato é muito mais rápido. Havia a tese de que existia o deslocamento, o efeito *displacement*: quem quer se matar, se mata de qualquer maneira, tendo ou não armas. O que as pesquisas mostraram é que isso não é verdade. Se há menos armas, outros meios são mais difíceis. Vai até a farmácia, tem que comprar veneno, tem que ligar

o carro. Demora e a pessoa acaba repensando. Com a arma de fogo, às vezes não. O segundo estudo do qual eu participei, a pedido da Secretaria de Segurança, investigava a ideia de que a maior parte das pessoas compra e porta armas na expectativa de se defender. E isso torna quem porta a arma mais ou menos seguro? Essa é uma das grandes questões no debate.

Há algumas semanas o professor Cláudio Beato, da UFMG (*Universidade Federal de Minas Gerais*) publicou um grande estudo de vitimização nacional, com 78 mil residências. Foi apresentada às pessoas uma lista de eventos - se a pessoa havia sido ofendida, se foi ferida, se foi envolvida em algum incidente... enfim, uma série de questões de vitimização. E o resultado é que a incidência desses eventos era maior no caso de pessoas que se diziam proprietárias de armas. Em 1999, estudando roubos e latrocínios na Secretaria de Segurança, sabíamos que 18% da população tinham armas. E descobrimos que, nos casos de latrocínio, a letalidade era maior entre aqueles que portavam armas, chegava a 28%. Então, todos os estudos sugerem que a chance de a vítima sair morta ou ferida, se estiver armada, é maior no caso de assalto.

“ **Nesses meus quase 30 anos de segurança pública, foi uma das poucas leis que vi fazer algum efeito** ”

Com a disponibilidade de dados, muita gente começou a se debruçar sobre o tema. A maior parte das pessoas, quando se fala em homicídios cometidos, pensa na arma do traficante, o fuzil, o AR-15, a arma de grande porte, importada. A gente pegou as armas apreendidas no estoque da polícia. Armas usadas no dia a dia, nos homicídios, nos latrocínios e nos roubos. Para nossa surpresa, quase 80% delas eram nacionais de baixo calibre. Eram o bom e velho Taurus calibre 32, Rossi calibre 38, armas que são compradas pela população para se defender e que acabam sendo furtadas de uma residência ou do porta-luvas de um carro. E depois essas armas acabam no mercado ilegal. O fluxo é esse, está muito bem estabelecido. A origem é o mercado legal.

Quando estive na Secretaria, com os dados do InfoCrim (*Informativo Criminal*) de 2004, fizemos um grande levantamento, com 15 mil armas. Uma amostra bastante representativa, que dizia bastante a respeito do perfil dos homicídios no Brasil. Há essa imagem de que o homicídio acontece durante o tráfico de drogas, durante um roubo ou traficante matando traficante. Pelo menos no caso de São Paulo, que é de onde a gente tinha mais informações,

40% das vítimas tinham resíduo de álcool no sangue. As mortes se concentravam no final de semana e no período noturno. Havia fortes indícios de que os nossos homicídios eram de natureza interpessoal, e não ligados à dinâmica criminal. Os latrocínios eram uma proporção muito pequena das mortes em geral. Isso é importante porque o efeito do controle das armas legais, obviamente, é muito maior numa sociedade onde a natureza do homicídio é interpessoal.

Vou passar para a questão do Estatuto do Desarmamento, que é o que está sendo revisto nesse momento no Congresso. O estatuto é de dezembro de 2003 e tem um dos poucos consensos entre os criminólogos. Eu tive a oportunidade de participar na banca do Gabriel Hartung, da FVG do Rio, que pegou os homicídios da capital. A segunda foi do Marcelo dos Santos, da Unicamp. A terceira do Daniel Cerqueira, do IPEA, um estudo também usando dados de São Paulo, pegando os 645 municípios em uma série histórica e mostrando o que aconteceu neles: redução de armas e redução de homicídios. Todas as pesquisas encontraram um efeito significativo do Estatuto. Nesses meus quase 30 anos de segurança pública, foi uma das poucas leis que vi fazer algum efeito. É

muito difícil encontrar alguma coisa assim tão nítida. E a nossa vantagem é que o Estatuto teve dia e hora marcada para começar. Em São Paulo a gente sempre deu muita ênfase à questão da busca e apreensão de armas. O efeito foi maior aqui. A queda dos homicídios em São Paulo é comparável com a observada e festejada em Nova York, em Bogotá. Teve queda no Rio de Janeiro, em Pernambuco. Em outros Estados não foi tão bem sucedido, até por uma questão de conjuntura.

Eu defendo a manutenção e sou contrário à flexibilização. A arma é muito boa para a polícia. Nas mãos da população, cria externalidades, tem custo para todos nós.

RUBENS FIGUEIREDO: O Túlio falou que quanto mais armas, mais homicídios e mais suicídios. Bené.



BENÉ BARBOSA: Eu, obviamente discordo absolutamente dessa posição. Eu também iniciei

esse caminhar na década de 1990, quando o Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência e trouxe essa diretriz da ONU, que era criar um Estatuto do Desarmamento, restringir as armas de fogo, algo absolutamente ideológico. E eu comecei a me interessar pelo assunto. Sempre gostei de armas de fogo. Então, inicialmente foi uma questão de paixão, mas depois passou para uma questão mais racional, que envolvia dados, números, estudos. Em 2004, nós percebemos, até tardiamente, uma vez que o Estatuto do Desarmamento já tinha sido aprovado, que deveríamos fazer algo mais profissional, mais focado, com mais empenho, e aí fundamos o Movimento Viva Brasil. Naquele ano eu acabei fazendo um livro sobre esse tema junto com o Flávio Quintela, que hoje mora nos Estados Unidos. Nele pegamos as principais mentiras que foram contadas nesses 20 anos e destrinchamos isso, mostramos ponto a ponto onde elas estão erradas, como houve fraudes para levar a impressão de que realmente o desarmamento é algo bom para a sociedade, é algo bom para a segurança pública.

Como foi dito, em 1997 começou o desarmamento no Brasil, começaram as maiores restrições, embora o Brasil tenha tido restrições às armas de fogo desde a época de seu descobrimento, desde quando ainda era colônia. E o que nós vimos, a partir de 1997, é muito óbvio: continuou o crescimento do número de homicídios, de crimes violentos, das tentativas de homicídio, tiroteios, etc. Por um motivo muito óbvio: não é a arma do cidadão, aquela que foi comprada, legalizada, a verdadeira responsável pela criminalidade. Hoje se foca muito no objeto, acreditando-se que alguém vai ser impedido de cometer um crime porque não tem uma arma de fogo. Basta ver os noticiários.

Chega 2003 e é aprovado, na calada da noite, o Estatuto do Desarmamento - lembro que foi aprovado ainda sob a égide do chamado mensalão. E paira-

“

De 27 Estados, 22 tiveram crescimento muito grande no número de crimes violentos

”

ram dúvidas sobre essa votação, uma vez que nós levantamos, na época, que realmente houve saques exatamente no dia da votação. Então, a gente sempre contestou inclusive essa votação, que foi mostrada como resultado de um clamor popular, clamor popular que nunca existiu. Tanto é que em 2005, quando veio o referendo, quase 60 milhões de brasileiros disseram não à proibição da venda legal de armas de fogo. E o referendo até hoje não foi respeitado pelo governo federal e por partidos que continuam empenhados na missão de desarmar o cidadão. Em resposta a isso, foi criado o PL 3722, que é o que hoje está em votação, em tramitação na Câmara. Um projeto de lei que é campeão. Nunca, na história do Disque Câmara, houve um projeto tão bem aceito e tão aprovado pelas pessoas. Com ligações, participações em enquetes. Óbvio, um reflexo direto do que a gente já soube oficialmente em 2005, no referendo.

A ideia de que arma não defende é completamente falha. A verdade é que você tem o direito, isso está na nossa lei, de se defender. O único instrumento realmente eficaz para que você exerça essa defesa é a

arma de fogo. Você acreditar que a polícia seja tão bem preparada, seja onipresente, é uma utopia. Isso não existe no mundo. Esqueçamos que o Coronel Camilo está aqui. Se alguém enfiasse o pé nessa porta neste momento, quem poderia impedi-lo? Ninguém. A verdade é essa. Então, primeiro ponto, se eu corro mais riscos tendo ou não tendo uma arma de fogo, isso só diz respeito a mim. Isso não diz respeito ao Estado, isso não diz respeito ao governo. É a minha vida, é o meu direito pessoal. Eu não coloco outras pessoas em risco na prática. Na prática, não com elucubrações, imaginação: “Ah, mas você pode um dia brigar com seu vizinho”. Isso é coisa de ficção científica. Ninguém pode julgar um cidadão antes de ele ter cometido qualquer ato infracional ou qualquer violência. A verdade é que é um direito do cidadão. Isso embasado muito claramente no referendo de 2005.

Não é verdade que a queda que nós tivemos a partir de 2004 tenha sido reflexo direto do Estatuto do Desarmamento. Se você tem uma lei federal que em tese é aplicada de forma igualitária nos Estados, ou com pouquíssimas diferenças, obviamente você tinha que ter na maioria dos Estados um reflexo direto dela.

Ou, no caso, um reflexo positivo direto dessa lei, coisa que não aconteceu. De 27 Estados, 22 tiveram crescimento muito grande no número de crimes violentos, inclusive crimes cometidos com armas de fogo.

Outro ponto muito interessante: qual é hoje a região onde mais há armas legalizadas no País? Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São os Estados mais armados do Brasil. E são exatamente os Estados onde há as menores taxas de homicídio no País. Hoje, quais são os Estados mais desarmados do Brasil? Nordeste. Região Nordeste só tem 6% das armas legalizadas no Brasil e os índices criminais são todos campeões, inclusive há cidades que são referência negativa no mundo em criminalidade e violência. A própria ONU, no seu estudo de 2011, que trata de homicídios no mundo, diz que é impossível comprovar a causalidade entre armas e criminalidade. Ela mostra, naquele estudo, que não há como vincular diretamente o número de armas existentes com a criminalidade em determinada população. Se isso fosse verdade, o Brasil seria a Suíça e a Suíça seria o Brasil. Porque a Suíça é extremamente armada. Os Estados Unidos teriam taxas de criminalidade muito superiores às do Brasil e não tem. Inclusive saiu o último relatório do FBI mostrando que, por mais um ano, consecutivamente, há queda na criminalidade e nos homicídios com armas de fogo. Lembro que no ano em que esse relatório foi feito, 30 milhões de armas novas foram vendidas no território americano, totalizando 300 milhões de armas em circulação, e nem por isso a criminalidade subiu, muito pelo contrário, continua em queda.

RUBENS FIGUEIREDO: Eu peço ao Coronel Camilo que comente sobre a sua experiência prática. E também sobre de que lado está nesse debate.



CORONEL CAMILO: Primeiro, não tenham dúvidas: quanto maior a quantidade de armas em circulação, pior para a polícia. Não há dúvida nenhuma. Eu acho que o Estatuto do Desarmamento, do jeito que está, não precisa ser flexibilizado. E também acho que nós não devemos, como querem alguns, tirar todas as armas de fogo da população. Porque o Estado, hoje, não tem capacidade de proteger o cidadão como nós gostaríamos. O ideal seria que fôssemos como o Japão, que não tem armas de fogo em circulação. Os policiais, inclusive, se armam de manhã e à noite entregam o armamento. E vão todos desarmados para casa. Mas não é esse o mundo em que nós vivemos. Então, em determinadas situações, é necessário que eu tenha arma de fogo, sim, para me defender. Principalmente em se tratando de áreas rurais, áreas mais distantes, em residências. Agora, do jeito que se pretende, uma abertura indiscriminada, isso vai trazer, na minha opinião, um problema muito grave.

Discordo de algumas posições de ambos. Por exemplo, a queda da criminalidade no Estado de São Paulo teve como um dos fatores o desarmamento, mas não

“**Devemos caminhar para um futuro no qual só a polícia seja detentora de armas. Qualquer país gostaria disso.**”

só ele. Nós tivemos uma série de medidas que foram tomadas a partir do final dos anos 1990, que levaram à queda dos homicídios em São Paulo. Tivemos o desarmamento, tivemos a Lei Seca, tivemos a criação do Disque-denúncia. E o que fez mais diferença na queda dos homicídios no Estado de São Paulo, quando no Brasil o índice crescia, foi uma ação muito forte da polícia, o uso de sistemas inteligentes como o georreferenciamento, melhor gestão, mais equipamentos. A queda foi, inclusive, diferente da que se deu em Bogotá, Nova York. Nós tivemos a queda em mais de 500 municípios do Estado por um tempo muito prolongado.

Outra coisa: como policial, deixo bem claro que toda morte que pode ser evitada é importante. Por isso o fato de colocar em risco a vida das outras pessoas me preocupa muito. Porque nem todos que portam arma, aqui no Brasil, são treinados adequadamente. E estão causando, sim, mortes de terceiros. Isso é uma verdade, a gente vê no dia a dia. Nas polícias do mundo inteiro, infelizmente, quem tem arma na mão e entra num estado depressivo pode cometer o suicídio porque está muito fácil.

Quero comentar um dado que o Bené citou: os Estados do Nordeste tem menos armas e são mais vio-

lentos. Não tem a ver com a questão das armas, especificamente, no meu ponto de vista. É uma questão de desenvolvimento, questão de cultura, de resolução dos conflitos na mão. Por que o Sul tem mais armamentos e tem menos crimes? Porque é uma população culturalmente mais bem formada.

Mas, para resumir, o desarmamento ajudou na queda dos homicídios, mas não foi o único responsável. O desarmamento, no Brasil, está num patamar adequado. Não que devemos flexibilizar e nem restringir mais. Devemos caminhar para um futuro no qual só a polícia seja detentora de armas. Qualquer país gostaria disso. E acreditar que com mais armamento eu estarei mais seguro, não é uma realidade. Os que mais morrem em São Paulo são os policiais militares que andam armados. E quem está armado tem uma tendência a reagir. Até porque ele corre o risco de ser percebido como o portador de uma arma e acabar morrendo. Temos muitos policiais que não andam armados no horário de folga para não correr esse tipo de risco. Essa é uma questão que precisa ser melhor conhecida, mais debatida.

Quando o Bené fala que a única forma de nos defendermos é com a arma de fogo, discordo total-

mente. Há outros tipos de armamentos que eu posso utilizar. Armas de choque, por exemplo. E, na minha opinião, a melhor coisa contra a criminalidade é a inteligência. É por aí que nós devemos trabalhar. Mas isso já numa visão de polícia. E insisto: quanto mais armas de fogo nas mãos das pessoas, mais prejudicado é o trabalho policial. Mas eu não posso, como Estado, tirar totalmente as armas de fogo da população brasileira porque eu estaria incorrendo em um outro erro, já que não consigo dar a segurança adequada. Nós temos muitas coisas erradas acontecendo com a utilização inadequada de armas por pessoas que não estão habilitadas. Infelizmente, a maioria que tem arma não é a que frequenta o estande de tiro, não é a que gosta de arma, é a maioria que acha que está segura porque tem uma arma.

RUBENS FIGUEIREDO: Eu gostaria de fazer uma provocação ao Túlio. O direito pessoal de ter arma só diz respeito a quem escolhe esse caminho? E a segunda: existem estatísticas de enfrentamento? Um civil armado contra os bandidos, quem leva a melhor?

TÚLIO KAHN: O tal direito inalienável de andar armado, como qualquer direito, não é absoluto. Nem o direito à vida, na Constituição, é absoluto. Tanto que em períodos de guerra é prevista a pena de morte no Brasil. Por que o Estado pode obrigar um motociclista a usar capacete ou o motorista a usar cinto de segurança? Nos Estados Unidos você pode, por exemplo, andar de moto sem capacete em vários Estados. Dizem que só vai prejudicar a quem não usa. É balela. Eu tenho aqui estatísticas sobre os custos da violência relacionados à arma de fogo, pessoas atingidas acidental ou propositalmente. São milhões. Eu estou falando aqui de 50 mil vítimas por ano, muitas das quais ficam internadas. O custo de cada paciente para

o SUS é altíssimo. O BID (*Banco Interamericano de Desenvolvimento*) estima os custos da violência geral no Brasil como algo em torno de 10% do PIB. Essa conta todos nós pagamos. Quando todos pagamos, temos o direito de regular, sim. Essa arma comprada pelo cidadão de bem para se defender vai parar na mão do bandido que vem me assaltar depois. Essa arma, se eu me envolver num acidente de trânsito, pode ser usada contra mim se eu eventualmente houver fechado o sujeito. Essa arma eventualmente pode matar em um latrocínio. Nesse sentido, não é uma questão que diz respeito apenas a mim. Existem, obviamente, algumas situações muito específicas em que uma arma de fogo pode ser benéfica. Imagine uma situação onde você, com bastante antecedência, detecta a invasão da sua casa. Você pode esboçar alguma reação. O bandido pode não ter te visto. Agora, nessa situação corriqueira, no trânsito, você pego de surpresa, com a mão no volante, mesmo com arma... As estatísticas mostram que, mesmo nesses casos, se você esboça uma reação, a probabilidade de ser ferido aumenta. Obviamente há todos aqueles casos não relatados, de pessoas que mostraram que estavam armadas ou deram a entender que estavam e podem ter evitado um roubo.

As pesquisas de vitimização nos Estados Unidos incluem essa pergunta interessante no questionário: "Você passou por alguma situação na rua em que acha que seria roubado e por estar armado conseguiu evitar?" Grande porcentagem das pessoas que estavam armadas respondem sim. Isso nunca foi perguntado no Brasil. Acho que deveria ser, é um dado interessante para ter.

Arma, na literatura internacional, é como o álcool, é chamado de fator criminógeno. Significa que, num contexto determinado, na presença de outros fatores, aumenta muito o risco da violência. O problema não

é nos Jardins, onde as pessoas têm bom nível de escolaridade, sabem se comportar, tem policiamento, recorrem aos seus advogados se há um acidente de trânsito. O problema é lá no Capão Redondo, no Jardim Ângela, com essa cultura de violência, com ingestão elevada de álcool. Isso explica porque funciona diferente em contextos diferentes.

O que aconteceu no Nordeste? Crescimento rápido e desorganizado, aceleração da economia na última década, o que gerou uma maior oferta de bens, o que fez crescer o crime patrimonial. Crescendo o crime patrimonial, aumentou a sensação de insegurança. Aumentando a sensação de insegurança, aumentou o número de armas em circulação. Aumentando o número de armas em circulação, aumentou o homicídio doloso. Vários caminhos nessa trajetória já estão evidenciados através de pesquisa. A gente não tem esse fluxo completo, mas pelo menos é a explicação mais plausível, até o momento, sobre os efeitos diferenciados do Estatuto. A academia também está se debruçando sobre isso, querendo saber por que funcionou, e muito, em São Paulo e Rio de Janeiro, com quedas de até 70%, e aumentou em outros Estados. Também é preciso pensar contrafactualmente: se nada tivesse sido alterado, a trajetória seria linear, a vigente nas décadas anteriores. Esse é o diferencial que a gente tem que buscar para explicar o efeito.

RUBENS FIGUEIREDO: Professor Bené, a sua associação defende a posse e o porte de armas. Qual a diferença entre o que propõe este projeto em discussão na Câmara e o que a sua associação defende?

BENÉ BARBOSA: Isso é bem importante, porque até o deputado (*Coronel Camilo*) comentou que essa mudança traria o porte indiscriminado ou a posse indiscriminada. Não é verdade. Não passa nem perto disso.

Eu até convido o deputado a ler a íntegra do Projeto de Lei 3722. Verá que não é nem perto o que está sendo exibido na Globo, publicado por vários grandes jornais. O que eles estão dizendo? Que quem tiver alcoolizado vai poder portar arma. Quem tiver passagem pela polícia, quem tiver histórico criminal, vai poder comprar arma. Que qualquer um vai poder comprar arma. Isso é uma grande mentira que, infelizmente, está sendo engolida por muita gente. Hoje, basicamente, o que faz o PL 3722? Qual é essa tal flexibilização? Primeiro, ele acaba com a discricionariedade da Polícia Federal, que tem sido usada pelo PT como órgão político, como uma extensão do partido. Diz para o superintendente o seguinte: "Você pode parar de emitir autorização para compra de armas e pode parar de emitir porte, porque senão você vai trabalhar lá no Acre". Isso eu digo, afirmo e provo. E por que eles fazem isso? Por uma questão de política voltada ao desarmamento. E hoje o delegado tem toda a discricionariedade na mão. O que acontece? Você tem que fazer um teste psicológico, tem que fazer prova prática com agentes da PF ou instrutores credenciados por ela para comprovar que sabe utilizar uma arma. Isso continua valendo no PL 3722, as duas coisas. Ou seja, você não vai chegar na loja babando na gravata e falar "me dá uma 45 aí que eu vou enfiar na cintura". Não tem nada disso. Isso é historinha que, infelizmente, tem muita gente engolindo.

E tem essa questão discricionária. Você faz o teste, passa pelo psicológico, paga todas as taxas absurdas, compra uma arma que tem 75% de imposto embutido no preço, exatamente para impedir que o mais pobre compre, e aí tem que declarar por que precisa de uma arma de fogo. Sinceramente, para mim bastaria apresentar um comprovante de residência. Se você mora no Brasil, tem esse direito, porque a violência é crescente. O Estado é completamente ineficaz, incapaz de prote-

ger a sociedade. Mas acontece é que hoje você põe lá a sua justificativa: "Eu fui assaltado trinta vezes. Estou sofrendo ameaças e estão aqui os boletins de ocorrência". Só que isso é altamente subjetivo. O delegado lê e fala assim: não. E justifica - como eu tenho cópias impressas - dizendo o seguinte: "Para mim, arma não protege". E nega o pedido de compra. Isso é um absurdo total! Não cabe ao Estado, e muito menos a um delegado, decidir sobre um ato absolutamente subjetivo. O que acaba, com o PL 3722, é a subjetividade para adquirir uma arma de fogo. Para o porte de armas há ainda a necessidade de mais comprovações. Você tem que estar melhor treinado. Ninguém está defendendo aqui, embora em vários Estados americanos seja assim, que pessoa entre numa loja, compre uma arma, enfie na cintura e saia andando. Até porque, culturalmente, nós temos um distanciamento muito grande. E culturalmente, que eu digo, não é educação, nada disso. Culturalmente é a questão da arma de fogo no Brasil. É muito diferente do que é nos EUA, do que é na Suíça, do que é na Finlândia, que são países extremamente armados. O mais importante, por favor, é que aqueles que têm dúvidas leiam o PL 3722 em sua íntegra e vejam realmente o que realmente está sendo proposto. Você pode até ser contra a flexibilização, mas tem que saber exatamente o que está sendo proposto para poder criticar ou até mesmo apoiar.

RUBENS FIGUEIREDO: O Coronel Camilo apontou alguns aspectos interessantes que dizem respeito a outras medidas que colaboraram com a redução das taxas de homicídio, como a Lei Seca, o Disque-Denúncia e uma polícia mais inteligente, mais sofisticada do ponto de vista de logística, de percepção diante do que pode acontecer.

BENÉ BARBOSA: Posso complementar a pergunta? Eu gostaria que o Coronel falasse também sobre a taxa de encarceramento. Hoje, São Paulo tem a maior taxa de encarceramento do Brasil. E a taxa de resolução de homicídios, que em São Paulo é de 29% em média e, no Brasil, é de apenas 8%. Hoje São Paulo tem 40% de todos os presos do Brasil, tendo apenas 11% da população. Isso é ou não um fator forte na redução principalmente de homicídios em São Paulo?

CORONEL CAMILO: Sem sombra de dúvida! Sobre homicídios, não dá para dizer que o armamento é o único fator, mas eu diria a você que é um fator muito importante. Com relação aos homicídios em São Paulo, não foi o único fator. A ação de governo, naquele momento, reduziu em 86% e não foi em uma cidade só, mas em mais de 500. O desarmamento contribuiu para isso. Eu insisto: no nível atual, está bom. Sou contra todo mundo ter porte de arma a bel prazer. Acho que tem que ter uma justificativa, sim. Se uma atitude isolada de um delegado foi arbitrária, precisamos avaliar o caso isolado. Eu estou sendo muito honesto: para a polícia, quanto menos armas de fogo em circulação, melhor. Também discordo um pouco do Túlio. A arma não vem só do cara que comprou e perdeu para o marginal. Uma boa parte vem diretamente do contrabando. Concordo com ele: não é AR-15, não é metralhadora. A maioria dos homicídios em São Paulo é cometida com 38 e pistolas normais.

Por que não caiu tanto no Nordeste? Porque a fiscalização de armas de fogo lá foi horrível. Aqui, frequentemente você se depara com uma abordagem policial, com bloqueios, com outras formas de ação policial. O homicídio, em São Paulo, tem três causas principais: o álcool, a droga e a arma de fogo em circulação. A maioria dos homicídios é praticada com arma de fogo. Tanto é que as ações da polícia de São Paulo



contra homicídio são justamente ações contra essas três situações. Diferente do latrocínio e do roubo, em que a polícia pode agir diretamente, no homicídio não. Onde acontece o homicídio? Normalmente em uma briga de trânsito ou dentro de uma comunidade, no barzinho que é a sala da residência. A polícia só vai depois que o fato aconteceu. Quando eu estava no comando, chegamos a fazer 21 mil abordagens por dia no Estado de São Paulo. Infelizmente, a arma ainda é um problema para a sociedade brasileira. E se nós deixarmos a população fazer o que quiser, vai todo mundo se matar. Uma pesquisa do Datafolha de 2012, quando eu fui candidato a vereador em São Paulo, deu que 43% queriam bandido morto. É uma reação do momento. O Estado de São Paulo está com os melhores indicadores da história neste momento: 9,2 homicídios por 100 mil habitantes. Mas a sensação de segurança é horrível.

No passado nós tivemos programas que contribuíram para a diminuição dos homicídios, no Estado de São Paulo e principalmente na capital. Ações de enfrentamento da desordem urbana. Isso também faz

diferença. E aí entra um pouco do que foi feito aqui pelo prefeito Gilberto Kassab, hoje nosso ministro: o enfrentamento forte da desordem para não deixar o ambiente propício ao crime. Era a Operação Delegada. O policial podia trabalhar desenvolvendo uma atividade delegada pela Prefeitura ao Estado. Trabalhar fardado, por adesão, na sua folga. Isso permitiu ao policial ganhar um pouco mais e à cidade ter mais policiais na rua, o que diminui a criminalidade. O cidadão ganhou bastante. Pela primeira vez nós tivemos a melhoria da sensação de segurança. Tivemos até que fazer uma campanha contrária, na região da 25 de Março, pelo descuido da população com os seus pertences. Aquilo ficou tão diferente do que era, sem aquele corre-corre, que as pessoas começaram a sair na rua contando dinheiro. Nós precisamos dizer às pessoas que tivessem o mínimo de cuidado com as suas coisas. Ou seja, a sensação de segurança ficou muito boa por causa da Operação Delegada.

A Operação começou na 25 de Março, no dia 2 de novembro de 2009, e se espalhou por todas as subprefeituras de São Paulo. Chegamos a ter, em mais de

100 pontos, mais de 4.600 policiais trabalhando. A média, nas 31 subprefeituras, foi de 60% de queda da criminalidade real. Na 25 de Março, a queda da criminalidade real foi de 82%. A sensação de segurança não pode estar muito descolada da criminalidade real. Eu não posso me sentir muito seguro senão eu deixo de tomar cuidado, saio e deixo a chave no contato do carro, e nós sabemos que a maioria dos crimes é de oportunidade. E também não pode estar muito baixa, porque senão eu tenho a sensação de pânico. Ela tem que estar próxima da criminalidade. E a Operação Delegada conseguiu fazer isso na cidade de São Paulo. Junto com outras medidas de governo: Cidade Limpa, forte zeladoria, administração boa nas subprefeituras. Isso trouxe qualidade de vida melhor. E ela tem um ponto que é primordial. Provoca o comprometimento do município, junto com o Estado, na segurança pública.

RUBENS FIGUEIREDO: Aloysio quer fazer uma pergunta.



ALOYSIO AZEVEDO: A cultura brasileira é nitidamente pacifista. Ela se expressa pelos acordos internacionais, pela prioridade à diplomacia em vez da

guerra e uma série de outras coisas. A humanidade, no seu processo civilizatório, tende à paz. Tende à eliminação das armas de fogo. Isso é bem expresso pela atitude do presidente (*Barak*) Obama, que está combatendo as armas nos Estados Unidos, um país absolutamente armado. Eu sinto que há uma tendência civilizatória aqui no Brasil, particularmente. Como você vê a introdução da sua proposta nesse processo civilizatório?

BENÉ BARBOSA: Eu acho que não há relação nenhuma. Não existe relação entre civilização e ausência de armas. Basta ver que sociedades altamente civilizadas, como a Suíça, a Finlândia, a Noruega, a França, países com IDH altíssimo, têm grande quantidade de armamento na sua civilização. A diferença é a destinação à qual esse armamento é dado. Por exemplo, na Finlândia, há muitas armas. Para quê? Caça. Caça é um esporte nacional. Na Suíça, para a defesa do próprio Estado e tiro esportivo, que é fortíssimo. Como é o caso de Santa Catarina, aqui no Brasil. Então, essa ideia de que em uma civilização é necessário o desarmamento é uma grande bobagem. Obama não está pensando em nenhum tipo de evolução, civilização. O que ele quer é impor uma visão absolutamente ideológica, de que o povo deve ser desarmado. Sem nenhum motivo para fazer isso. Os Estados Unidos, na década de 1980, chegaram ao auge de homicídios, 10,8 homicídios por 100 mil habitantes. Era um nível completamente inaceitável. Muitos propuseram: "Olha, precisamos desarmar a população porque é isso que está causando conflitos, gerando mortes, briga de trânsito, massacres, etc". Só que a maioria dos governos estaduais optou por uma coisa completamente diferente.

O que nós temos é que punir rigorosamente qualquer tipo de crime e, segundo, liberar ainda mais

as armas de fogo. A partir da década de 1990 a maioria dos Estados começou a liberar o porte - a posse já era garantida constitucionalmente. Mais pessoas passaram a transitar armadas pelas ruas. O pessoal do desarmamento dizia: "Ah, mas vai virar uma carnificina. Vamos voltar ao bang-bang". Nada disso aconteceu. Muito pelo contrário. Os crimes continuam caindo e hoje os Estados Unidos têm uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil habitantes, que é uma taxa que tinha na década de 1940. Ou seja, conseguiu reduzir a criminalidade sem haver nenhum tipo de desarmamento.

RUBENS FIGUEIREDO: Doutora Alda Marco Antônio, presidente do PSD Mulher. Sua pergunta, por favor?



ALDA MARCO ANTÔNIO: Eu vou dar dois exemplos que vivi muito de perto. Eu fazia o quarto ano de Engenharia e no final do ano um dos nossos colegas de turma foi reprovado e se matou. E isto arreventou com a turma. O que a gente poderia fazer? Ele não se matou com arma de fogo. Chegou em casa, pegou um pedaço de corda, amarrou numa árvore e se enforcou. Se ele tivesse uma arma, teria usado, porque é mais fácil, e seria parte da estatística. Eu queria só situar

a questão do suicídio. Eu já trabalhei com muito suicídio de mulher. O suicida não pode entrar na estatística porque o psiquiatra diz: o suicida vai se matar um dia. Você socorre um dia, ele tenta de novo. Você socorre outro dia, ele tenta de novo. Ele vai se matar um dia.

Tem outro caso, do Triângulo Mineiro, do tio de um cunhado da minha tia, fazendeiro... O desarmamento foi aprovado entre o Natal e o ano novo. A família foi festejar a passagem de ano, no almoço, numa fazenda vizinha. Quando voltaram, todos os empregados da fazenda estavam amarrados em árvores. Fizeram um arrastão. Nós estamos discutindo aqui o Estado de São Paulo, a cidade. Vocês não pensam no campo. O meu irmão, quando dorme na fazenda, tem que ficar no escuro, não pode ver televisão. O carro e a caminhonete têm que ficar escondidos, amarrados com cadeados, porque se notarem que tem alguém na casa, vai ter arrastão. E levam tudo, quando não levam a vida também. Neste final de ano, quando o dono da fazenda, cunhado da minha tia, voltou, os funcionários não estavam machucados, mas estavam todos muito assustados. Ele fez um balanço do que tinham roubado e foi para a cidade fazer BO. E aí foi dizendo: roubou isso, aquilo, joia, carabina, revólver... Acabou sendo preso. O dono da fazenda que tinha sido assaltado nem sabia da lei. Ficou preso. Teve que contratar um advogado para sair da cadeia e o ladrão continuou com as armas.

Então, gente, vamos pensar no país em que nós vivemos. É o país do exagero! Como é que pode fazer uma lei e quatro dias depois prender um sujeito que estava com armas sem ter porte? É um absurdo! Então, obrigar um sujeito a não ter arma é invasão da privacidade. Eu não tenho arma, jamais espero comprar uma arma de fogo, mas eu defendo o direito de quem quer ter. Por isso, naquele plebiscito do não eu fui até para a televisão defender o não. Fiquei muito feliz

com o resultado. Mas a gente vive num país estranho. E aquele não, eu tomei a decisão pelo seguinte: eles queriam proibir a compra da bala. Gente, é o país dos absurdos! E vem querer proibir uma pessoa de ter arma? E quem mata é o ser humano, não é a arma. O cara, quando quer matar, mata de qualquer jeito. Mata com veneno, pondo fogo. Botam fogo em morador de rua vivo. Gente, no 11 de setembro, nos Estados Unidos, derrubaram dois prédios com gasolina, fogo e o impacto do avião. Foi isso que fizeram. Eu fico na posição de que quem quer ter arma, que tenha. Sabe dos riscos.

RUBENS FIGUEIREDO: Renata Rondino quer fazer uma pergunta.

RENATA RONDINO: Bené, você disse que em países como Estados Unidos, Suécia e França a posse e o porte são liberados. Obviamente estamos falando de países onde ninguém vai ser bobo de brincar de arma porque vai sofrer as consequências da lei. Não vai ter o tal do “você sabe com quem está falando?”, não vai ter briga de trânsito resolvida no tiro. Você pode ter arma? Pode. Mas se bancar o engraçadinho, vai sofrer sérias consequências. Sabemos que no Brasil isso não acontece. Sabemos que se eu beber, dirigir um carro, atropelar e matar alguém, as chances de eu ir para a cadeia são mínimas. Como é que se poderia, no seu entender, promover essa liberação num país onde as leis são tão frouxas?

BENÉ BARBOSA: Essa pergunta é extremamente interessante. Porque isso é muito comum. As pessoas dizem o seguinte: “Mas lá na Finlândia o nível é outro. Nos Estados Unidos a impunidade praticamente não existe ou é muito menor”. Culturalmente as pessoas pensam os Estados Unidos como Nova York, São

Francisco e Miami. E não é assim. Se a gente pega os Estados do Centro-Oeste, vai ter aquele caipirão faltando dente, semianalfabeto, com 30 filhos, que faz campeonato de pegar porco com manteiga. O cara tem um fuzil na casa dele e não mata ninguém por conta disso. Agora, eu faço uma pergunta: até a década de 1990, será que o Brasil era mais desenvolvido do que é hoje? Será que ele tinha mais ou menos impunidade? Década de 1950, 1960, 1970. E todo mundo podia comprar uma arma. Por que a criminalidade não era maior ou não explodiu na época? Eu respondo: porque aquele que vai em uma loja, apresenta toda a documentação, passa por todos os testes, vai ter o seu registro, dificilmente vai utilizar essa arma de fogo para cometer um crime. Ter o registro da arma e estar vinculado diretamente a ela é um grande inibidor para que não faça uma bobagem. Há um criminologista americano que diz o seguinte: dificilmente um crime é 100% de momento. Sempre há um nível de premeditação. É como crime contra a mulher. Essa questão da passionalidade – discutiu e matou a mulher. Isso não existe. Normalmente o homem já tem isso. O dia em que a mulher fizer isso, eu mato.

Hoje eu posso dizer, com muita franqueza, muita clareza, até porque eu sempre estudei todos os lados. Eu li tudo o que eu pude ler. Exatamente porque eu sempre me coloquei na posição de dizer: e se eu estiver errado? Na década de 1990 eu não era ninguém. Eu não tinha influência nenhuma. Eu tinha a Internet, que estava engatinhando. Hoje é diferente. Então, a minha responsabilidade é maior. Hoje há políticos que são influenciados pelas minhas colocações, pelas minhas posições. Eu sempre busquei essa responsabilidade, de dizer: “Poxa, será que eu não estou deixando um país pior para os meus filhos?” Eu tenho uma menina de 20 anos, um menino de 6 anos

e está vindo mais um. Não quero um Brasil pior para eles. Não quero um Brasil mais violento. Eles estão na linha de fogo também. Digo com muita franqueza: não tenho o menor medo de que aconteça isso: “Ah, vai virar um banguê-banguê”. Até porque, em última instância, a gente não pode limitar um direito ou uma liberdade de um cidadão por causa da ineficiência do Estado em combater os criminosos.

RUBENS FIGUEIREDO: Antônio Batista, por favor.



ANTÔNIO BATISTA: Um padre amigo meu, já falecido, que foi um grande sociólogo, dizia que nós ainda somos uma sociedade de controle e não uma sociedade de responsabilidade. Existe uma tendência tipicamente brasileira, eu acho, de focar muito nos controles e pouco nas responsabilidades. Todos nós nos chocamos com a facilidade com que um assassino recorrente, depois de alguns anos, já está na rua. O menor de idade que falta um dia para completar 18 anos mata a namorada e bota o que fez na rede para exibir. E provavelmente em pouco tempo vai estar na rua. Há cobrança de responsabilidade pequena e

cobrança de controle grande. Os controles são caros e muito menos eficientes. E quanto menos punição, mais controle você tem que ter. O controle atinge todo mundo, aquele que comete o deslize e aquele que não comete. Claro que algum controle tem que haver, mas acho que temos uma certa dificuldade de lidar com a questão da dose de conduta em certas coisas. Eu vou dar exemplos.

Sempre me revoltei com o fato de o álcool ao volante ser ignorado. Eu sou médico, tenho contato com essa questão. De repente vem a Lei Seca. Ela significa que, se eu tomar um licorzinho no fim da refeição, posso ser detido. Temos blitzes pela cidade inteira, com bafômetro e sei lá mais o quê, quando nós poderíamos começar punindo severamente os acidentes onde há a presença do álcool. Me parece, sem ser advogado, que aquela história de “eu não me submeto ao teste porque não sou obrigado a criar provas contra mim mesmo” não se justifica. O sujeito se envolveu num acidente, vai para perícia. Poderíamos começar por aí. Poderíamos avançar um pouco mais. Talvez isso não seja o suficiente ainda. Mas não precisaríamos chegar ao ponto de falar em álcool zero. Zero é uma abstração matemática, não existe. Nós temos que aprender a lidar com doses. Achar o ponto certo de corte.

E temos o espancamento de crianças, quando não assassinatos, coisa horrorosa. Alguém inventa a lei da palmada. Uma mãe não pode dar uma palmada no filho que se joga no chão no supermercado. Porque ela vai ser denunciada e vai presa... Eu tenho três filhas. Todas elas se jogaram um dia no chão do supermercado ou do shopping. Só uma vez. Levantaram com o pandeiro aquecido pelo carinho paterno e nunca mais fizeram isso. E, obviamente, eu não fui espancador de nenhuma das minhas três filhas. Não fui preso.

A questão das armas me parece semelhante. Não acho que nós possamos, por exemplo, como em alguns Estados americanos, comprar uma bazuca, uma metralhadora. Isso é um negócio insensato, sem pé nem cabeça. Agora, o indivíduo ter uma arma de defesa é um direito positivo criado que contraria o direito natural. Você não pode dizer que o indivíduo tem o direito de se defender e retirar dele os elementos materiais de defesa. Ele tem que ter responsabilidade. Nos Estados Unidos, citados algumas vezes, por um crime não correlacionado com a arma, o portador de arma responde com agravamento. Ele não usou a arma. Não tem nada a ver com a arma, mas pelo fato de ele ter uma registrada... Em alguns lugares isso é obrigatório. São certos exageros, mas é um país diversificado. Tem todo tipo de coisa para todo mundo encontrar os exemplos que quer. Eu acho que nós temos que investir mais na responsabilidade. Mais na punição do ato. E claro, um pouco no controle.

BENÉ BARBOSA: Nos Estados Unidos existe a arma ilegal, que é diferente da arma de uso criminal. Hoje, no Brasil, o que acontece? Eu comprei minha primeira arma em 1991. Fiz meu primeiro recadastramento quando mudou o registro aqui em São Paulo em 1997. Chegou 2003, outro recadastramento. Em 2006, mais um. Olha a loucura. Agora imagine quantas pessoas não fizeram isso? Eu vou dizer: 8 milhões de brasileiros não renovaram os seus registros. Aí pega fogo na casa dessa pessoa, vai o bombeiro lá e fala: "Opa, uma arma". Registro vencido, cadeia. Se ele estiver no sítio com uma espingarda que era do bisavô e alguém denuncia que está tendo disparo - 'está tendo caça', é muito comum - vai lá a polícia ambiental e faz o quê?

Ele vai sair preso. A culpa é da polícia? É óbvio que não. A lei determina isso. Se o policial não fizer, está prevaricando. Mas a lei é absurda. Diferentemente da maioria dos Estados americanos, onde não há o registro mas existe a permissão de compra de arma. Para eu comprar numa loja, peço uma permissão. O FBI dá essa permissão, que é vinculativa. Não pode negar sem questões objetivas. E essa arma não está registrada no meu nome. Se eu caio em uma blitz, o que vai contar não é a arma, mas quem eu sou. O policial vai puxar a minha ficha, ver se tem histórico de violência, de doença mental. Não? Então pronto, acabou o problema. No Brasil, não. O Brasil diferencia um cidadão honesto de um criminoso por um pedacinho de papel emitido pela Polícia Federal, que muitas vezes não emite propositadamente. Isso é um dos absurdos que precisam mudar no Estatuto do Desarmamento.

ROBERTO MACEDO: Por que há a renovação de registro?

BENÉ BARBOSA: Quando aprovaram o Estatuto, em 2003, eles tinham certeza de que venceriam o referendo. A gente tinha pesquisa que dizia que 85%, 90% eram a favor do desarmamento. E eles pensaram o seguinte - eu estava na reunião, embora ninguém soubesse quem eu era: "Legal, nós vamos proibir a venda de armas novas. Como é que a gente tira as armas que já estão aí? Confiscar não dá. Seria uma coisa difícil de fazer, geraria um tumulto geral. Bom, vamos criar uma necessidade de recadastramento tão difícil, tão cara, tão burocrática que ou as pessoas caem na ilegalidade ou desistem e entregam a arma". Só por isso o recadastramento foi criado.



RICARDO SCALISE: Eu moro num bairro que tem centenas de casas à venda, ninguém mais quer morar lá. Moro há 30 anos nesse bairro. Começou com assalto sem arma. Depois, com 32, com 38. Hoje o pessoal da região é assaltado com armas importadas que vêm da Rússia, que vêm de tudo quanto é lugar. Está acontecendo na avenida Giovanni Gronchi. A Polícia Federal não tem a obrigação de vigiar as fronteiras para minimizar tudo isso que vocês estão falando?

Segundo, que é uma coisa muito estranha: devido aos salários, o nível do pessoal contratado pelas empresas de segurança no Brasil é baixíssimo. E o curso para entrar numa empresa dessas é de uma semana. Ele pode ser semianalfabeto, ele pode ser qualquer um, desempregado, vai lá e ganha uma arma. Então, são dois aspectos que eu gostaria de saber: qual é a solução, se há solução?

RUBENS FIGUEIREDO: Coronel Camilo, suas observações finais, respondendo as perguntas do Ricardo.

CORONEL CAMILO: O principal problema do Brasil é a legislação. Em todas as instâncias. Eu não posso deixar passar algumas coisas que a doutora Alda fa-

lou, das quais eu discordo um pouquinho. Se ele tem uma arma e quer se matar, eu tenho que deixar? Não. Nós devemos preservar a vida sempre. Eu sou a favor da vida sempre. Embora seja policial, eu sou a favor da vida sempre. Segundo: está dando a impressão de que a gente está sugerindo tirar todas as armas da população. Não é isso. Nós estamos discutindo aqui se nós devemos flexibilizar mais ainda o desarmamento. Tanto é que, com o plebiscito, doutora Alda, eu fui contra. Eu acho que não tem que zerar a arma da população. Tem que ter o mínimo de controle. Para mim, o mínimo de controle é o que nós temos hoje no Estatuto do Desarmamento. Podemos mexer em uma ou outra coisa que não está funcionando adequadamente? Sem sombra de dúvidas. Mas em nenhum momento tirar toda arma de circulação. Isso só existe em um único país do mundo. Os outros todos têm. Se antes de 1990 havia mais violência ou não, é muito simples falar que era por causa da arma. Tem um monte de fatores antes que agora não existem mais. Ou agora tem e antes não tinha. Eu deixo bem clara aqui uma posição: em termos policiais, quanto mais armas em circulação, mais dificuldade a polícia vai ter na rua. Isso é fato. Também não acho que existe a limitação de direito que o Bené fala. Discordo. Quem prova que pode ter o porte, tem. Se está funcionando ou não adequadamente é outro problema.

RUBENS FIGUEIREDO: Eu gostaria que o Bené fizesse referência à pergunta do Ricardo, sobre as empresas de segurança e também suas observações finais.

BENÉ BARBOSA: As empresas de segurança são um ótimo exemplo de como não é o armamento que causa a criminalidade. Hoje nós temos, na segurança privada do Brasil, 1 milhão e 200 mil agentes. É o do-

bro de todas as polícias. E qual é o número de ocorrências cometidas por esses agentes na sua função ou fora dela, utilizando a arma da empresa? Estatisticamente é irrisório. Foi criada a ideia de que para utilizar minimamente uma arma de fogo a pessoa tem que ser superatleta, supertreinada. Isso realmente não existe.

Para encerrar, estamos discutindo o projeto de lei que visa alterar o Estatuto do Desarmamento, corrigir coisas que não estão funcionando. E uma delas é essa ideia de que hoje você consegue comprar uma arma de fogo legalmente. Isso é uma enganação que foi colocada para o brasileiro. Tanto é que hoje, como eu disse, nós tínhamos 8,3 milhões de armas registradas no Brasil e desse total mais de 8 milhões caíram na ilegalidade graças ao Estatuto do Desarmamento. A Polícia Federal tem 220 mil armas registradas. Do resto, perdeu o controle em vez de ganhar mais controle. É contra isso que nós estamos lutando. Para garantir o quê? Que se você quer uma arma legalizada, vai ter. Se você não tiver uma arma legalizada, vai merecer punição porque não teve esta arma legalizada porque não quis. Essa é a grande briga. A briga não é armar todo mundo, armar a população. Até porque, se pegarmos os Estados Unidos, alguns Estados americanos, quando se liberou o porte de armas menos de 5% da população optou por andar armada. Isso já foi uma realidade até 1990, no Brasil, e nós tínhamos mais criminalidade, mais violência.

RUBENS FIGUEIREDO: O Túlio costuma brincar dizendo que a estatística é a arte de você torturar os números até eles confessarem aquilo que você quer. Túlio.

TÚLIO KAHN: Na academia, na polícia, por onde eu passei, a minha linha sempre foi baseada em evidências. Não tem esse negócio de “o meu vizinho, o meu aluno”. A academia tem um ritual, e a gente tem que obedecer esse ritual para não sermos levianos. Estou falando de uma legislação que pode ter poupado 60 mil vidas, segundo nossa estimativa, ou até 121 mil, segundo o IPEA. Estamos falando de uma coisa que tem um custo gigantesco para o país, sem falar, obviamente, no valor primordial que são essas 121 mil vidas. Eu acho que a sociedade tem que se posicionar com base na melhor avaliação disponível e é isso que eu sempre procuro acrescentar ao debate. Artigos que foram avaliados em revistas científicas que têm reputação científica elevada. Teses de doutorado defendidas na academia, avaliadas por bancas. Gente que teve acesso aos dados, que sabe manipular procedimentos estatísticos muito sofisticados. Eu sei que é difícil convencer a população com esse tipo de argumento. Essa questão é muito ideologizada e é um debate muito acalorado. Aliás, é um debate que tem gerado mais calor do que luz. A ciência tem um pouco esse papel de jogar luz sobre o debate. Acho que toda lei pode ser aperfeiçoada, não é imexível, mas seria um grande retrocesso a forma como ela tem sido proposta.

RUBENS FIGUEIREDO: Agradeço ao Coronel Camilo, ao Bené, ao Túlio Kahn e a todos os participantes. Esse foi um debate bem acalorado, com visões diferentes, e acho que o Espaço Democrático presta um bom serviço ao gerar e divulgar o conteúdo desse debate.



<p>Presidente - Guilherme Afif</p> <p>1º Vice-presidente - Vilmar Rocha</p> <p>2º Vice-presidente Diretor de Relações Internacionais - Alfredo Cotait</p> <p>Secretária - Alda Marco Antonio</p> <p>Diretor Superintendente - João Francisco Aprá</p>	<p>Conselho Superior de Orientação Presidente - Gilberto Kassab Guilherme Afif Henrique Meirelles Omar Aziz Raimundo Colombo Otto Alencar Claudio Lembo Ricardo Patah Vilmar Rocha Guilherme Campos Eduardo Sciarra</p>
<p>Coordenadores dos Conselhos Temáticos Política Econômica - Henrique Meirelles Emprego e Trabalho - Ricardo Patah Gestão Pública e Transparência - Rubens Chammas Pacto Federativo e Tributação - Samuel Hanan Previdência - Reinhold Stephanes Educação - Alexandre Schneider Saúde - Eleuses Paiva Infraestrutura, Transportes e Energia - Eduardo Sciarra Desenvolvimento Urbano - Paulo Simão Desenvolvimento Rural - Cesário Ramalho Meio Ambiente e Sustentabilidade - Marcelo Cardinale Branco Cultura - Danilo Miranda Esportes - Antonio Moreno Neto Turismo - Marcelo Rehder Indústria, Tecnologia e Inovação - Ozires Silva Inteligência e Mídias Digitais - Aleksandar Mandic Justiça - Arnaldo Malheiros Filho Segurança Pública - Túlio Kahn Desenvolvimento e Inclusão Social - Alda Marco Antonio Participação e Cidadania - Ivani Boscolo Política Externa e Comércio Exterior - Embaixador José Botafogo Gonçalves Defesa Nacional - Gen. Antônio Luiz da Costa Burgos</p>	<p>Conselho Consultivo Acre - Sérgio Petecão Alagoas - Jorge Silvio Luengo Galvão Amapá - Eider Pena Amazonas - Omar Aziz Bahia - Otto Alencar Ceará - Patrícia Pequeno G.C. Aguiar Distrito Federal - Rogério Rosso Espírito Santo - José Carlos Fonseca Junior Goiás - Vilmar Rocha Maranhão - Claudio Trinchão Mato Grosso - Carlos Fávaro Mato Grosso do Sul - Antônio Cesar Lacerda Alves Minas Gerais - Diego Andrade Pará - Helenilson Pontes Paraíba - Rômulo Gouveia Paraná - Eduardo Sciarra Pernambuco - André de Paula Piauí - Júlio Cesar Rio de Janeiro - Indio da Costa Rio Grande do Norte - Robinson Faria Rio Grande do Sul - José Paulo Dornelles Cairoli Rondônia - Moreira Mendes Roraima - Rodrigo Jucá Santa Catarina - Antônio Ceron São Paulo - Alfredo Cotait Neto Sergipe - Jeferson Andrade Tocantins - Irajá Abreu</p>

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2015 - Nº 14

ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br

PSD - Site Nacional: www.psd.org.br

Coordenação - Scriptum Comunicação

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

Twitter Nacional: @psd_55

Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD)

Facebook Nacional: [psd.br](https://www.facebook.com/psd.br)

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



www.espacodemocratico.org.br